

Aplicando Auditoria por Análise de Dados no Poder Judiciário com base nas Resoluções CNJ 308 e 309

Instrutor: Antonio Martiningo Filho

MBA em Auditoria pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), Mestre em Administração e Doutorando em Contabilidade e Finanças pela UnB. Foi executivo da Auditoria Interna do Banco do Brasil até 2018, tendo atuado também na área jurídica do Banco. Atualmente é Coordenador do Comitê de Auditoria da Petros e Membro do Comitê de Auditoria da Emgea – Empresa Gestora de Ativos. Também atua como professor nos cursos de auditoria, governança, gestão de riscos, controles internos e formação de membros de Comitês de Auditoria na Fipecafi, no Ibmec, no IIA e na Uniabrap. Possui as certificações CIA (IIA), CCoaud-IBGC e CCF-IBGC, tendo supervisionado o processo de implementação de auditorias no Setor Público e ministrado cursos específicos sobre a implementação das Normas Internacionais de Auditoria Interna (IPPF) no Poder Judiciário, por meio das Resoluções 308 e 309 no CNJ.



Apresentação:

Foi de suma importância o alinhamento das Auditorias Internas do Poder Judiciário com as Normas Internacionais de Auditoria Interna (IPPF), por meio das Resoluções CNJ 308 e 309, que criam o Sistema de Auditoria e dá as Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna do Poder Judiciário.

As Resoluções confirmam a definição da Auditoria Interna como uma atividade independente e objetiva de avaliação e consultoria com o objetivo de agregar valor às operações da organização, de modo a auxiliar na concretização dos objetivos organizacionais, mediante avaliação da eficácia dos processos de gerenciamento de riscos, de controles internos, de integridade e de governança, prestando a devida atenção à economia.

As Diretrizes Técnicas das Atividades de Auditoria Interna do Poder Judiciário, dadas pela Resolução CNJ 309/2020, reforçam o papel de avaliação da Auditoria Interna, bem como o papel de consultoria da área sem deixar de considerar os riscos de cogestão envolvidos nesse processo. Assim, a Auditoria Interna deve ser um importante instrumento de melhoria da gestão no Poder Judiciário, a partir de procedimentos modernos de auditoria, com o uso de ferramentas de análise de dados e parcerias estruturadas para a realização de consultorias que agreguem valor e reforcem o novo papel da Auditoria Interna do Poder Judiciário.

O curso tem por objetivo permitir ao servidor compreender e aplicar os conceitos e técnicas fundamentais da Auditoria Interna, com base nas Resoluções CNJ 308 e 309, propondo um Programa de Auditoria Contínua, com a elaboração de um projeto piloto, de acordo com as principais normas internacionais de auditoria e com as normas emitidas pelos reguladores locais, permitindo ao servidor executar a auditoria conforme o planejado, avaliando os principais riscos e controles implementados, as causas e consequências dos achados de auditoria, com base em evidências, para robustecer as conclusões e reportá-las de forma clara e objetiva à Alta Administração e aos entes de governança do Poder Judiciário.

Programa:

1. Fundamentos da Auditoria Interna no Poder Judiciário

- a. Conceitos e Definições da Resolução CNJ 309/2020
- b. Posicionamento da Auditoria Interna e Independência
- c. Sistema de Auditoria Interna do Poder Judiciário
- d. As mudanças da Resolução CNJ 308/2020
- e. Definição e Papel da Auditoria Interna no Poder Judiciário
- f. Princípios de Auditoria do IPPF adotados pelo Poder Judiciário
- g. Programa de Melhoria da Qualidade da Auditoria Interna do Poder Judiciário

2. Tipos de Auditoria e Técnicas de Coleta de Dados

- a. Tipos de Auditoria (Avaliação e Consultoria)
- b. As Principais Técnicas de Coleta de Dados
- c. Mapeamento de Processos
- d. Inspeção Física e Observação Direta
- e. Análise Documental
- f. Procedimentos Analíticos
- g. Circularização, Rastreamento e Vouching

3. Auditoria Baseada em Riscos no Poder Judiciário

- a. Principais Conceitos e Definições da Norma Internacional de Auditoria
- b. Avaliando a Maturidade da Gestão de Riscos e Estabelecendo a Estratégia da Auditoria Interna
- c. Elaborando o Plano Anual da Auditoria Interna com a visão de Riscos
- d. Realizando os trabalhos de avaliação com base nos principais riscos
- e. Realizando os trabalhos de consultoria com base em parcerias estruturadas
- f. Reportando os Achados de Auditoria e mensurando a Agregação de Valor
- g. Monitorando os pontos de auditoria e assegurando a mitigação dos riscos
- h. Relacionamentos da Auditoria Interna do Poder Judiciário

4. O Futuro da Auditoria Interna no Poder Judiciário (usando os dados)

- a. Qual o papel da Auditoria Interna do Poder Judiciário no Século XXI
- b. Princípios Fundamentais para a Auditoria Interna do Futuro
- c. Usando Ferramentas de Análise de Dados para compreender Riscos Futuros
- d. Exemplos do Uso de Análise de Dados na Auditoria do Poder Judiciário
- e. Estruturando os Testes de Auditoria com o uso de Análise de Dados

Público-alvo: Servidores Públicos que trabalham com Auditoria no Poder Judiciário e demais servidores que trabalham em atividades de fiscalização, além de servidores e gestores das áreas auditadas para compreensão no novo papel da Auditoria do Poder Judiciário.

Benefícios para os Participantes: Ao final do curso, espera-se que os participantes possam utilizar a Auditoria por Análise de Dados, no padrão exigido pelas normas internacionais e confirmadas pelas Resoluções CNJ 308 e 309, de modo a tornar as auditorias mais efetivas em sua função de melhorar os processos e agregar valor aos órgãos do Poder Judiciário.

Ao término do curso o participante receberá certificado emitido pelo Instituto Brasileiro de Governança Pública (IBGP).

Carga Horária: 16 horas

Solicite uma Proposta para Cursos *In Company*.

Para mais informações, acesse:

**[Aplicando Auditoria por Análise de Dados no Poder Judiciário
com base nas Resoluções CNJ 308 e 309](#)**

